

crises do século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 10 • 2010

Crise e crítica na história contemporânea

Estevão C. de Rezende Martins

Estevão C. de Rezende Martins, Professor titular da Universidade de Brasília desde 1977 (Teoria da História e História Contemporânea). E-mail: ecrm@terra.com.br.

Desde finais do século XVIII o termo crise é empregado para designar uma experiência histórica do tempo político e econômico que assinala uma época. Esse uso se disseminou e passou a incluir um elemento negativo, em que «crise» é associada a risco de involução social e cultural. Tal associação é inadequada, pois crise pode representar sinal de mudança para o melhor, para o pior ou simplesmente para outra situação. Se o termo inclui os sentidos de ruptura e conflito, é-lhe presente também o sentido de crítica (formação do juízo e tomada de decisão), assim entendido desde Tucídides¹ e Aristóteles². A função crítica da crise é, assim, o elemento crucial da análise histórica, como afirma R. Koselleck.

Utilizada no campo da historiografia, «crise» é um conceito que se torna usual a partir de finais do século XVIII, para designar uma nova experiência da mudança no tempo humano e social. Com efeito, na década de 1780, fez-se necessário dispor de um novo termo para designar a percepção de transformações de monta, que se esboçavam contra o pano-de-fundo do Antigo Regime e ainda não deixavam entrever o que ocorreria mais adiante.

A percepção individual e social de crise (emprega-se intencionalmente a forma indefinida) é difusa e amiúde mesclada com emoções, em particular vinculadas à sensação de incerteza com relação aos parâmetros da vida anterior, cuja firmeza se abalaria, e com respeito aos de uma vida ainda não realizada, cuja possível firmeza se desconhece.

Tal se aplicaria tanto ao plano pessoal e grupal como ao plano institucional. Ambos os planos se entrecruzam na história concreta das sociedades. O século XX foi pródigo em crises. A análise das marchas e contramarchas do Novecentos recorre ao conceito de crise para dar conta das características de suas diversas fases, a começar pela perda de referência da *Belle Époque* com a eclosão da 1ª Guerra Mundial.

A expressão «crise» é multívoca. Aplica-se a situações muito diversas e a períodos de tempo breves ou longos. Pode referir-se a transição para o melhor quanto para o pior, ou ainda para outra coisa completamente distinta. Crise pode ser utilizada para designar etapas de transformação do processo econômico (prevalentemente em termos de regressão e de perda de valor agregado do produto nacional bruto). Pode ser usada para designar a desestruturação de valores existenciais e de bases de sustentação da organização social, como se encontra na psicologia ou na ciência política. O termo aparece com frequência nos modelos interpretativos das grandes fases da evolução da sociedade humana, utilizados na história. No caso do século XX, os contrastes e extremos levam a análises de contraponto entre uma «crise continuada» e uma «esperança renovada».³

¹ *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. ISBN 9788523002046. Livro I.

² ARISTÓTELES – *Política*. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. ISBN: 85230001109. (1275a)

³ Ver, por exemplo, MAZOWER, Mark – *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*. Londres: Knopf, 1998. ISBN 0691058423. (ed. bras. *Continente Sombrio. A Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. ISBN 8535901094). Ver também: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.) – *O século sombrio. Uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004. ISBN 8535214739; DINER, Dan – *Cataclysm: A History of the Twentieth Century from Europe's Edge*. University of Wisconsin Press, 2007. ISBN 0299223507. DINER, Dan – *Das Jahrhundert verstehen. Eine universalhistorische Deutung*. Frankfurt/Meno: Fischer, 2000. ISBN 3596147662.

Desde sua conformação etimológica no grego clássico, a noção de «crise» pertence aos conceitos centrais da política. Significa tanto ruptura quanto conflito. Mais ainda, significa decisão, no sentido de uma tomada final de posição nas encruzilhadas que rupturas ou conflitos criam. A decisão é sempre resultado de um juízo analítico (que decompõe e recompõe os elementos da situação dada – política, social, econômica, cultural) combinado com um juízo crítico (que pondera as razões e sua incidência para «sair da crise»). A permanência na crise não raro é vista como uma coisa má. Ouve-se sempre que é necessário «superar a crise», «vencer a crise». Diz-se também que se aprende da crise.

1. Crise e crítica

Propõe-se na presente reflexão considerar a crise no sentido de juízo crítico composto. Valoriza-se assim a dimensão substantiva da crise, que é a crítica. A prática da crítica a cada momento, mesmo que possa parecer fragilidade de convicção ou vulnerabilidade de parâmetros (o que leva muitos a execrar a «crise»), na realidade contribui de forma decisiva para que se ponha a percepção de crise(s) na correta perspectiva: a de se praticar diuturnamente a crítica, tanto analítica quanto sinteticamente.

O juízo formado pela ponderação constante dos elementos que constituem o modo de vida das sociedades certamente é balouçado entre a experiência adquirida do que foi ou é bem sucedido e a experiência do que precisa ser ou está sendo modificado. A tensão entre a permanência e a mudança – própria à ação racional e à vida social – coloca permanentemente o espírito crítico «em crise». A esperança de que se possa alcançar, em algum momento e em algum lugar, o ideal (o bom, o justo, o definitivo, o permanente), aparentemente integrada à esperança utópica de todo e qualquer agente racional humano⁴, contrasta áspera e constantemente com a dura realidade das frustrações, das efetivações lacunares das expectativas de vida.

Talvez por essa razão o termo é utilizado também na linguagem médica, ao ser referido às fases crítica ou crônica de uma enfermidade (somática ou psíquica). Essa forma de uso do conceito, conquanto encerre em si igualmente as dimensões da ruptura e da decisão, não será aqui desenvolvida.

A título de ilustração dessa dupla dimensão, cite-se Samuel Johnson, em cujo *Dicionário da Língua Inglesa* (2 volumes, 1755⁵) o verbete pertinente define «crise» como «the point of time at which any affair comes to the height». O século XVIII do Dr. Johnson já registrava a associação da noção de crise com o ápice (sob a forma tanto de descontinuidade como de inflexão) de determinada situação vivida socialmente.

O clássico dicionário alemão de F. A. Brockhaus, em sua edição de 1845⁶, registra que, «na vida comum, chama-se de crise o momento em que determinada circunstância

⁴ BLOCH, Ernst – *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt/Meno: Suhrkamp, 2009. ISBN 9783518281543.

⁵ Edição eletrônica facsimilar da 6ª. Edição (1785) em dois volumes disponível em WWW: <URL: <http://ia351431.us.archive.org/1/items/dictionaryofengl01johnuoft/dictionaryofengl01johnuoft.pdf> [12.2.2010].

⁶ O renomado *Brockhaus Conversations-Lexikon*, que se consagrou sob o nome de seu mais completo editor, Friedrich Arnold Brockhaus, em 1808, tem sua origem em Leipzig em 1795. Sua primeira edição foi realizada de 1796 a 1808 (oito volumes). A 9ª edição, publicada entre 1843 e 1848, em 15 volumes, é a primeira a incorporar o conceito de crise em sentido amplo. Em 2005 foi lançada a última edição em papel (21ª.), com trinta volumes. Desde então só se dispõe da edição eletrônica.

ou determinada série de circunstâncias sofre uma inflexão que a caracteriza daí em diante». Essa inflexão pode ser de rápida como de lenta duração, tanto quanto pode ser sentida ou interpretada como recuo ou como avanço.

A crítica das circunstâncias torna-se fundamental para que qualquer pessoa se faça uma ideia e qualifique a situação de mudança como crítica. O duplo recurso ao termo *crítica*, aqui, é proposital. Na primeira acepção, a crítica é substantiva, é a formação do juízo analítico sobre razões, variáveis, motivos, enfim, causas que – se não geram de modo inequívoco – ao menos explicam ou permitem entender, o quanto possível, porque se está em tais circunstâncias. Na segunda acepção, a crítica é adjetiva. Ela consigna a vivência da crise, ou seja, a experiência real de que as circunstâncias sofrem alterações de monta, acerca de cujo desfecho reina dúvida, incerteza, temor mesmo.

Essa postura subjetiva dos indivíduos certamente se alastra nas comunidades e torna-se eventualmente um fenômeno coletivo no espaço social que pode levar a movimentos de pânico. O exemplo mais corriqueiro é o da crise econômica, cujo processo de contágio conduz a abalos financeiros sucessivos pela quebra de confiança que, independentemente de razões objetivas, causa a «corrida aos bancos» e o esvaziamento súbito e descontrolado dos meios de financiamento da produção econômica. Tal movimento é agravado se e quando os dirigentes (mesmo que apenas parcialmente) sejam responsáveis pela falência total ou parcial dos usos da moeda e da poupança. Pior, quando a quebra em dominó leva à paralisação da atividade econômica e à perda de emprego – o que precipita no vórtice da crise massas de pessoas sem meios de se sustentar durante a fase de transformação, pois sua duração é sempre imprevisível.

2. Economia e democracia

Um dos exemplos mais marcantes da crise econômica, que de certa forma inaugura sua versão contemporânea, é o dos *assignats* franceses entre 1789 e 1797. Um período de particular instabilidade, que agrava a percepção social – mesmo se induzida pela ação do Terceiro Estado parisiense – de que nem a revolução de 1789 conseguira ter introduzido um fator estabilizador do poder aquisitivo da moeda. Curiosamente, a sensação coletiva de apropriação dos bens nacionais, noção surgida com a revolução para designar o caráter «popular» e «coletivo» da propriedade do que antes fora restrito à nobreza e ao clero, havia gerado uma onda de entusiasmo – obviamente localizada no espaço entre Versalhes e Paris. A dificuldade de transformar bens imobilizados (sobretudo palacetes, conventos e terras adjacentes) em recursos de financiamento monetário da ação do governo levou à invenção dos *assignats*, espécie de vale do Tesouro a ser resgatado quando da liquidação dos bens. A inflação o consome rapidamente e a falta de liquidez (agravada pelas campanhas militares internas e externas) torna sua sustentação impraticável – o que acarreta a supressão do *assignat* em 1797 e a criação do franco.⁷ A instabilidade dos meios de vida constitui um fator destacado da percepção da crise e de seu impacto no cotidiano. Tal experiência de vida rapidamente se transforma em crítica às autoridades responsáveis pela gestão, pública ou privada.

⁷ Cf. SÉDILLOT, René – *Le coût de la Révolution française*. Paris: Perrin, 1987. ISBN 9782262004255.

A decorrência principal desse tipo de «grande medo» que grassa em período de crise foi a consagração da moeda única e a centralização gradual da autoridade monetária em alguma instituição nacional (o Tesouro, mais tarde uma casa da moeda ou um banco central). A contra-percepção, por parte da autoridade estatal, de tornar-se mestra da crise e mostrar-se como tal, exige iniciativa e pulso. Na falta de um ou de outro, a derrocada é inevitável.

Ao longo dos séculos XIX e XX estabiliza-se gradualmente, na maior parte dos países da Europa ocidental e das Américas independentes, a forma democrática de gestão do Estado. Tal evolução não faz desaparecer do vocabulário político-econômico e da vivência social, a experiência da(s) crise(s) e a prática da(s) crítica(s).

Aplicado ao tempo histórico, o conceito de crise permite uma distinção entre quatro tipos de sentido:

- a) Na linha do uso médico-político-militar, crise designa uma série de ações de diferentes origens (diagnóstico de enfermidade, decisões de governo, planos de combate), convergentes para forçar o caminho até um ponto de desenlace, no qual se produz transição para uma nova etapa, dita de superação, que bem a ser empregada, em seguida, de modo interpretativo, para julgar as ações adotadas «no olho da crise»;
- b) Na perspectiva de inspiração religiosa, na tradição apocalíptica, crise é o termo utilizado para indicar o momento final, único, de transformação do tempo presente imperfeito no tempo permanente imutável;
- c) Já sem conexão imediata com as metáforas médica ou apocalíptica, crise é utilizada na linguagem moderna e contemporânea para designar uma situação duradoura ou um estado de coisas, um *passus*, um processo, que corresponde às circunstâncias da experiência da lacuna ameaçadora e da exigência de tomar decisões para passar à etapa seguinte, em que a ameaça tenha sido conjurada;
- d) Conexo com o sentido mencionado em (c), crise é também empregada como conceito imanente à história, aplicado às fases de transição, definidas como situações pelas quais se passa (ou pelas quais se tem de passar) para evoluir de uma circunstância anterior lacunar, deficitária, frustrante, para outra, em que as deficiências da precedente estariam compensadas, superadas ou excluídas. Sempre se mantém a hipótese de que a situação crítica não necessariamente representa uma passagem para outra, melhor. Pode dar-se, ao invés de evolução, involução. O juízo crítico acerca de tais situações, no campo historiográfico, costuma produzir-se posteriormente, pela via interpretativa, fundada na análise fatorial das variáveis que permitem identificar a situação de partida, a de crise e a de chegada, comparando-as.

Usualmente, o emprego do termo busca delimitar uma determinada experiência coletiva do tempo, que exprima a insegurança tanto de seu desenrolar quanto de seu desfecho.⁸ Uma «situação crítica» é a plataforma de transformação. Conquanto se mantenha sempre a distinção, relativa ao desfecho, de que de uma crise pode resultar

⁸ O binômio conceitual criado por R. Koselleck: espaço de experiência e horizonte de expectativa aplica-se mui adequadamente à análise da vivência da crise, na medida em que o contraste entre o que se espera e a realidade que se experimenta é amiúde fator crítico no cotidiano dos indivíduos e das sociedades.

situação pior do que a anterior, a tendência vai no sentido oposto: a crise, mesmo em sua dimensão mais sofrida, serviria para galgar um patamar melhor do que o anterior e acima dele. «Crise» torna-se assim uma categoria distintiva que exprimiria a essência mesma da lógica do progresso para o melhor, característica da concepção otimista contemporânea do desenvolvimento social, político e econômico.

Esse sinal distintivo já havia sido registrado por Jean-Jacques Rousseau, ao recorrer à metáfora orgânica da circulação viciosa e da crença ingênua no progresso necessário (mesmo se essa crença prevalece social e politicamente). «Nós nos aproximamos do estado de crise e do século das revoluções» – um misto de profecia quanto ao desmoronamento do Antigo Regime (que Rousseau não vive) e quanto à incerteza do dia seguinte.⁹ Pouco mais tarde, em 1771, Denis Diderot recorre ao conceito de crise ao tratar da dissolução do Parlamento de Paris. Considerando essa dissolução um sinal da fraqueza crescente do regime, Diderot já entende que o desfecho do descenso político da França poderia estar tanto na total desgraça quanto na completa redenção: «Nós chegamos a uma crise que desembocará na escravidão ou na liberdade».¹⁰

Desde o alvorecer do período que se considera contemporâneo, o termo «crise» é empregado como indicador ou como fator de uma situação que requer decisões. Tanto na perspectiva da crise recorrente, como fator integrante das transformações mesmas, em aceleração, do mundo contemporâneo, quanto na perspectiva da crise única, final, «crise» passa a fazer parte da lógica analítica do mundo contemporâneo. A primeira das perspectivas aparece com mais frequência na análise econômica do capitalismo e de suas sucessivas «ressurreições», desde a segunda onda da revolução industrial em meados do século XIX até o abalo sistêmico do mundo das finanças entre 2005 e 2008. A segunda perspectiva teve seu ápice analítico com o pensamento de Karl Marx e a ideologia da transformação definitiva do mundo pela revolução.¹¹

O recurso ao termo aparece, pois, historicamente, como uma forma de reconhecer o caráter precário da instabilidade transicional, ao tempo em que abre o juízo ao duplo desfecho (ao menos teoricamente possível): positivo – a superação pela melhoria – ou negativo – a superação pelo fracasso.

A independência dos Estados Unidos, primeira experiência pós-colonial bem-sucedida desde finais do século XV, confere ao conceito de crise um laivo positivo, adiante

⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Émile ou de l'Éducation* (1762). Paris: Flammarion, 1962, p. 468. ISBN 9782080701176.

¹⁰ Carta à Princesa Daschkoff (Yekaterina Romanovna Daschkova), em 3 de abril de 1771 (Obras completas). Paris: Ed. Jean Assézat/Maurice Tourneux, 1877, p. 28. Ver também *Mémoires de la Princesse Daschkoff*. Londres: Adamant Media Corporation, 2001. ISBN 9780543867384. (Fac-símile da edição de 1859).

¹¹ KOSIK, Karel – *La crise des temps modernes*. Paris: Éditions de la Passion, 2003. Kosik é um forte crítico da «civilização moderna» em sua forma tanto capitalista quanto pseudo-socialista. Inspira-se em Marx, no romantismo, na fenomenologia para adotar um ponto de vista ético, humanista e radical que submete a crítica valorativa, de acentuado teor utópico, as formas fetichistas de considerar intocáveis a economia, a sociedade e a política modernas. Checo, inspirado por sua vez no «não» de Jan Hus aos poderes eclesiásticos de seu tempo, Kosik preconiza um princípio de resistência ao que chama de «religiões totalitárias do estado, do partido ou do mercado. Sua percepção de que as formas culturais do passado são o recurso a que se deve retornar para sair da crise leva-o a defender uma refundação social que mescle a Antiguidade clássica e o século das Luzes como fonte de criação de um futuro de esperanças.

presente na Revolução Francesa. A transformação epocal atribui à «crise» um valor purgativo, um aspecto de purgatório que conduz, inexorável mas transitoriamente, a um paraíso. Thomas Paine comentou os acontecimentos de 1776 a 1783 em uma revista que, sintomaticamente, intitulou «A crise»¹². Em seu último número, datado de 19 de abril de 1783, quando o fim da guerra de Independência dos Estados Unidos estava selado, Paine destaca que, no caso presente, tendo em vista a magnitude do episódio e as diversas imprevisões do destino a que foram submetidos os cidadãos das Treze Colônias, os inúmeros e complicados perigos que sofreram ou dos quais escaparam, a responsabilidade com que ora se defrontavam e a ingente tarefa pela frente, tudo concorria para suscitar cuidadosa reflexão.¹³ O uso da experiência de três tempos históricos aparece nitidamente nessa passagem: no passado, o destino e seus percalços; no presente, a consciência da grandeza do momento da guerra ganha (malgrado sua dureza e seus sofrimentos, como Paine ressalta em várias outras passagens) e da tarefa que se impõe; no futuro, a antecipação pela reflexão. A crise, para Paine, foi e é o processo de transformação, com suas dores e, afinal, com suas alegrias, de um passado servil para um futuro feliz. Crise, nesse contexto, equivale à dor do parto, cujo resultado só pode ser bom e melhor.

3. Crise e moral

O tom moral de Paine – «estes são tempos que põe as almas dos homens à prova», como escreve no primeiro número de «A crise» e acrescenta no último número: «e enfim terminaram» – somente admite a concepção redentora da crise. Crise é o meio sofrido pelo qual se galga o patamar último da felicidade, na lógica triunfal do esclarecimento universal e da igualdade absoluta entre os homens. Afinal, todo o esforço da autonomia das colônias produziu «a maior e mais completa revolução jamais vista no mundo, gloriosa e felizmente levada a cabo». O formato mais recente da crise, assim, é a revolução. Crise não precede a revolução. A revolução é uma crise, por definição passageira, por pior que seja a experiência que dela se faça. Paine insiste também em lembrar que crises podem (e devem) ser vistas como um mal menor, necessário.

É na convicção do sentido «benfazejo» da crise que Paine se considera obrigado a defender a revolução na França, com seu «Rights of Man»¹⁴, dos ataques certos de Edmund Burke, em 1791. Para Paine, a revolta não foi um crime de lesa-majestade, como Burke afirmava, mas o espocar de uma crise inevitável, pois se dirigia contra os princípios despóticos de governo. O mesmo dever moral que prevalecera na revolução americana está presente, para Paine, na revolução dos franceses: o dilema de agir ou se omitir, quando a crise chega.¹⁵ A crise é, por conseguinte, o resultado incontornável de

¹² PAINE, Thomas – *Collected Writings*. Ed. Eric Foner. Nova Iorque: The Library of America, 1995. ISBN 1883011-03-5.

¹³ «The Last Crisis (Nr XIII, 19 de Abril de 1783): In the present case – the mighty magnitude of the object – the various uncertainties of fate it has undergone – the numerous and complicated dangers we have suffered or escaped – the eminence we now stand on, and the vast prospect before us, must all conspire to impress us with contemplation» (CW, p. 348).

¹⁴ PAINE – *CW*, p. 433-661.

¹⁵ PAINE – *CW*, RM, p. 443: «That crisis then arrived, and there remained no choice but to act with determined vigour, or not do act at all».

um movimento histórico, somente aproveitável quando se assume a responsabilidade moral, historicamente legitimada, de agir – de tal ação depende o sucesso, a redenção.

O enraizamento da noção de crise e do conceito de crítica no pensamento europeu ocidental do século XVIII é a posição, entretimentos tornada clássica, de Reinhardt Koselleck. O livro de Koselleck, *Crítica e crise*¹⁶, tese de doutoramento defendida em 1953 e publicada pela primeira vez em 1954, lida diretamente com a ruptura no mundo de meados do século XX conhecida como Guerra Fria. A primeira frase da introdução é um juízo crítico auto-flagelador para o europeu, cuja burguesia, como ator histórico desde finais do século XVIII, Koselleck considera ser produto de uma patogênese: «A atual crise universal, determinada pela tensão bipolar entre as duas grandes potências mundiais, América e Rússia, é – considerada historicamente – resultado da história europeia». De que história se trata? Para Koselleck, mas não apenas para ele¹⁷, a matriz de pensamento da organização social, política e econômica do mundo desde meados do século XVIII foi gestada na Europa, notadamente na Europa ocidental.¹⁸ A crise figura, por conseguinte, como um fator simultaneamente árduo e necessário. É seu peso que suscita, exige a crítica, o mais rigorosa possível. A crise não se esgota em uma polarização política entre dois mundos excludentes. As dificuldades da reflexão crítica sobre a multipolaridade do mundo atual, por exemplo, decorre da simplificação do período da Guerra Fria. Trata-se de dificuldade análoga à que se encontra na análise do que ocorreu nas contraposições simplificadas entre Antigo Regime e revolução ao final do século XVIII, entre monarquia e democracia ao longo do século XIX, entre ditadura e democracia no século XX.

O século XX experimentou como uma espécie de espectro completo das crises da modernidade: a *Belle Époque* e suas elites despreocupadas, o conflito mundializado da guerra de 1914-18, o desmoronamento da versão novecentista das monarquias centro-europeias, o brutal abalo das economias nos anos 1930, o segundo conflito engendrado pelas ditaduras político-militares entre 1939 e 1945, a fratura do mundo entre ódios irredentos até o início dos anos 1990, a desorientação inicial e a busca frenética de fórmulas de sair da sequência de crises ao encerrar-se o século.

A era das incertezas, como John K. Galbraith descreve o século XX¹⁹, leva a pensar a crise como constante, como mola propulsora da necessidade de produzir uma consciência nova, em que diagnóstico da circunstância e prognóstico de futuro devem estar presentes. O juízo de Eric J. Hobsbawm ecoa o mesmo estilo de análise, ao considerar o universo político entre 1914 e 1990 como uma era de extremos.²⁰

¹⁶ *Kritik und Krise – Eine Studie zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp 1973. ISBN 3518076361. Ed. bras. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999. ISBN 9788585910259.

¹⁷ Ver, por exemplo, ACHAM, Karl (org.) – *Zur geistigen Signatur des künftigen Europa*. Viena: Passagen Verlag, 2004. ISBN 9783851656480 e *Europa – wohin? Viena: Passagen Verlag, 2002. ISBN 9783851655681*. Ver também TIBI, Bassam – *Europa ohne Identität? Die Krise der multikulturellen Gesellschaft*. München: Bertelsmann, 1998. ISBN 9783442755929.

¹⁸ A esse propósito, ver MARTINS, E. C. R. . *Lateinamerika – Eigenweg Oder Labyrinth? Gesellschaft und Geschichte*. Áustria: Graz. ISSN 10171444. Vol. 14, n. 1 (1995) p. 15-32.

¹⁹ GALBRAITH, John Kenneth – *A era da Incerteza*. 7.^a ed. São Paulo: Pioneira, 1986. ISBN 9788522101283.

²⁰ HOBBSBAWM, Eric J. – *A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. ISBN 8571644683.

Crises são situações extremas. De extremos se espera sempre retornar a uma virtude média, cuja capacidade de dar conta do diagnóstico das lacunas e do prognóstico das utopias alimenta a expectativa da superação das circunstâncias do aqui e agora – algo semelhante ao que Saint-Simon, em 1821, entendia dever acarretar a total mudança do sistema social: «A crise na qual o corpo político se encontra mergulhado há trinta anos tem por causa fundamental a mudança total do sistema social, que se encontra hoje em andamento nas nações as mais civilizadas, como resultado final de todas as mudanças que o antigo sistema político vem sofrendo».²¹

O ciclo de trinta anos, no século XX, parece refletir esse diagnóstico, originalmente suscitado pelas sucessivas mudanças abruptas vividas pela França entre 1789 e 1824. Trinta anos – obviamente de forma aproximativa – do fim da guerra franco-prussiana em 1871 ao começo da corrida armamentista que inaugura a rivalidade entre britânicos e alemães no início do século XX. Trinta anos de guerra civil entre europeus de 1914 a 1945. Trinta anos de crescimento econômico europeu a partir do plano Marshall, sob a égide da fratura político-ideológica da Guerra Fria, rompidos pela primeira crise do petróleo a partir de 1973. Praticamente trinta anos de transformação até o fim do século, cuja cesura é a queda do muro de Berlim em 1989.

Se a frequência do uso da palavra deve servir de indicador da objetiva realidade de uma crise, pode-se considerar que o período contemporâneo, desde inícios do século XIX, mais é uma era das crises do que de qualquer outra coisa. Crise de valores, crise mundial, crise política, crise social, crise cultural. A lista, em princípio, é infinda. Costuma-se, presentemente, sublinhar que a crise é tanto mais grave quanto se tenha perdido a confiança. Confiança estabelece uma relação de segurança dos indivíduos com respeito aos valores que orientam a organização social, que estruturam as instituições políticas, que articulam a cultura, que são praticados nos empreendimentos econômicos. A segurança engendra um fenômeno de identificação dos indivíduos com regimes, comunidades, sociedades. Não se trata da segurança no sentido de controle público do comportamento conforme às leis, como é próprio ao sistema policial da ordem. Trata-se, antes, da percepção pessoal e coletiva de que as referências valorativas são seguras, garantem firmeza e continuidade, sustentam as perspectivas de desenvolvimento particular e geram a sensação de estabilidade no futuro. Inversamente, a experiência da perda de estabilidade das referências, por catástrofe (como as guerras ou os grandes cataclismos naturais) ou por ação contrária de agentes sociais (como nas revoluções ou nas perseguições, notadamente étnicas), provoca de imediato a proclamação da crise.

Ortega y Gasset já diagnosticara esse tipo de insegurança, em sua dimensão histórica e em sua dimensão valorativa, ao apresentar suas reflexões sobre o período de transição do Renascimento. Com efeito, em torno de Galileu, que foi o leitmotiv da análise de Ortega em 1933, ainda antes de a Espanha e a Europa mergulharem em duas das piores crises do século XX: a guerra civil espanhola e a ascensão da versão nazista do fascismo, na Alemanha. Ortega distingue a mudança histórica «normal», evolutiva,

²¹ SAINT-SIMON, Claude Henri de – *Du système industriel*. (1821). [12.2.2010]. Disponível em Gallica: <URL: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k829388>>. Introdução, p. i-ii.

sem contrastes brutais, da mudança histórica brusca, violenta, radical.²² A esta chama de «crise», pois engendra uma reviravolta de grande alcance. Essa distinção é útil, embora gradualmente no século XX, após 1945, o uso do termo crise indique sobretudo o risco que correm os fundamentos da ordem instalada diante de ameaças de ruptura ou descontinuidade. – sobretudo econômica. Gradualmente o século XX foi deixando de correr riscos maiores de ruptura institucional com respeito ao regime político, em particular após 1990.

Ortega tem o mérito de assinalar a alteração do quadro de referências valorativo que se produz, ao se instalar a sensação da crise: convicções, crenças, opiniões consagradas e consolidadas aparecem como esvaziadas ou deslocadas. A perda de referências, de horizonte de compreensão, de meios de domesticar a experiência fugidiva do tempo acentua o caráter ameaçador da mudança sob a forma de crise. A dimensão negativa da experiência faz da vivência da mudança um momento crítico. O impulso, por conseguinte, é o de superar, vencer a crise.

4. Momentos objetivo e subjetivo da crise

Percebe-se que o conceito de crise designa dois momentos decisivos do processo de transformação histórica das condições humanas de vida em sociedade: o momento objetivo, referente ao funcionamento das estruturas, sejam elas políticas, econômicas ou culturais; e o momento subjetivo, próprio à vivência particular dos indivíduos das circunstâncias da insegurança (real ou suposta, efetiva ou imaginada). Como no caso da derrocada das monarquias russa, alemã e austro-húngara no pós-1ª Guerra Mundial, ou da transformação notável da monarquia japonesa pós-1945, e em tantos outros casos no século XX, o momento «objetivo» contém uma transformação estrutural por vezes sentida como única e definitiva.²³ É fato que o caráter final da transformação não se mantém, quando se analisa a sequência regular de crises no movimento de mudanças e permanências estruturais do mundo ocidental, principalmente.

A metáfora orgânica amiúde retorna quando se trata do momento subjetivo. O indivíduo se percebe diminuído, exposto ao turbilhão dos acontecimentos, em que aparentemente sua capacidade de decidir e de agir é consumida no vórtice da alienação pessoal e política. Sua crise é então referida, descrita como uma debilidade enfermiza,

²² «Una crisis histórica es un cambio de mundo que se diferencia del cambio normal en lo siguiente: lo normal es que a la figura de mundo vigente para una generación suceda otra figura de mundo un poco distinta. Al sistema de convicciones de ayer sucede otro hoy -con continuidad, sin salto; lo cual supone que la armazón principal del mundo permanece vigente al través de ese cambio o sólo ligeramente modificada. Eso es lo normal. Pues bien: hay crisis histórica cuando el cambio de mundo que se produce consiste en que al mundo o sistema de convicciones de la generación anterior sucede un estado vital en que el hombre se queda sin aquellas convicciones, por tanto, sin mundo. El hombre vuelve a no saber qué hacer, porque vuelve a de verdad no saber qué pensar sobre el mundo. Por eso el cambio se superlativiza en crisis y tiene el carácter de catástrofe. El cambio del mundo ha consistido en que el mundo en que se vivía se ha venido abajo y, por lo pronto, en nada más. Es un cambio que comienza por ser negativo, crítico.» *En torno a Galileo (Esquema de las crisis)*. 1942 [18.2.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.un-click.com.ar/libros_sociales.htm>, p. 33.

²³ Ver, por exemplo, MARTINS, Estevão de Rezende – «Império austro-húngaro: finis Austriae ou o Ocaso da Monarquia do Danúbio». In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei J. (orgs.) – *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier (Campus), 2009. ISBN 9788535227765. p. 205-214.

em que a fraqueza torna-se crítica e a capacidade de resistência ou de reação aparece como minada pelas circunstâncias. O século XX é pródigo em reações engendradas no âmbito de momentos subjetivos de vivência da crise. A título de exemplo pode-se citar pelo menos três casos marcantes: o fenômeno de contágio da reação dos soldados e camponeses, a partir do foco de São Petersburgo, em 1917; a resistência armada e clandestina à ocupação nazista durante a 2ª Guerra Mundial, de que são casos mais conhecidos a francesa e a iugoslava; as reações individuais e gradualmente coletivas das «revoluções de veludo» que solapam os fundamentos do medo e da intimidação que se impunham nos países atrás da Cortina de Ferro, na virada de 1989. Os exemplos por certo podem ainda multiplicar-se. Uma vez mais, tome-se a reflexão de Ortega y Gasset. Em 1914, às vésperas da reviravolta que o mundo sofreria logo nos anos seguintes, ao escrever que nós somos nós e nossa circunstância, Ortega associa a organicidade da vida individual à interação com o mundo envolvente, em particular com a realidade sócio-política. Essa associação fica patente na continuação da frase, que diz: e se não a salvarmos [nossa circunstância], não nos salvamos.²⁴ A perspectiva salvífica, de redenção, está bem sintonizada com a aceção de crise enquanto categoria moral e de remota origem teológica. Mesmo que se deixe o aspecto religioso de lado, o aspecto moral é incontornável. A ética da sobrevivência subjetiva prevalece, e de certa forma subordina mesmo a si a dimensão coletiva. Para evitar que se resvale para um relativismo solipsista, que Ortega como outros pensadores do século XX recusam²⁵, a inclusão da circunstância na concepção de si é a solução preconizada. Percebe-se nessa articulação da crise individual com a crise coletiva uma influência da concepção kantiana do imperativo categórico, em que a autonomia da liberdade humana, no processo crítico de tomar decisões, somente é moral se respeitar a máxima de que a regra do agir tem de ser tal que possa ser universal. Indiretamente, o pensamento de Ortega exprime um traço que se tornou característico do século XX: a tensão entre a herança do liberalismo individualista (predominante no modelo anglo-saxão do século XIX²⁶), e o apelo à solidariedade comunitária das sociedades (cuja consciência se acentua com o advento da reflexão sociológica²⁷).

²⁴ *Meditaciones del Quijote*: «Yo soy yo y mi circunstancia, y si no la salvo a ella no me salvo yo». *Obras completas*. Madrid: Editorial Taurus, 2004. ISBN 9788430605682. Tomo I (1902-1915), p. 322.

²⁵ Cf. por exemplo CASSIRER, Ernst – *Die Idee der republikanischen Verfassung*. Hamburg: Friedrichsen, 1929. *Aufsätze und kleine Schriften* (1927-1931). RECKI, Birgit (ed.) – *Gesammelte Werke*. Hamburger Ausgabe (ECW), Bd. 17. Hamburgo: Meiner, 2004. ISBN 9783787320318.

²⁶ Ver REESE-SCHÄFER, Walter – *Politische Theorie der Gegenwart in fünfzehn Modellen*. Munique: Oldenbourg Verlag, 2006. ISBN 9783486579307.

²⁷ Ver um grande clássico da teoria política contemporânea: SARTORI, Giovanni – *The Theory of Democracy Revisited*. Chatham, N.J.: Chatham House, 1987. ISBN 0934540497. Sartori retoma e revê seu livro inaugural, de 1957, *Democrazia e Definizioni*. Bolonha: Il Mulino. A esse propósito ver também DWORKIN, Ronald – *Sovereign Virtue*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000. ISBN 9780674 002197. O argumento de Dworkin segue a aspiração moral: no século XX, o ideal político da igualdade estaria ameaçado. Importa-lhe, pois, sustentar a tese de que a igualdade é uma virtude indispensável à soberania democrática. Um governo legítimo tem por obrigação defender a igualdade de todos os seus cidadãos, em quaisquer campos de atividade institucional. Essa atividade está subordinada a dois princípios humanísticos: primeiramente, que toda vida humana tem o direito de se realizar e, em segundo lugar, que cada pessoa é individualmente responsável pelo modo de realizar sua vida. Igualdade, liberdade, responsabilidade individual e solidariedade coletiva não se contrapõem ou excluem, mas concorrem para tal realização pessoal e social.

5. Crise e superação

As marcas dessa abordagem dual e tensional da crise já se encontram em Johann Droysen. Em 1854, ao escrever sobre as características da crise europeia, no momento em que grassa a guerra da Crimeia, Droysen enuncia uma análise global no plano da história universal. As forças no mundo não se digladiam apenas em guerras ou em arguições de constitucionalidade. «Estamos em uma grande crise, daquelas que levam de uma época do mundo a outra, semelhante à das cruzadas ou da Reforma, em que a América ingressou no horizonte da história».²⁸ O caráter transicional da crise permanece claro, com um componente que se poderia chamar de antidepressivo: Droysen adota uma postura otimista, pois a Reforma é por ele vista como um avanço, malgrado a crise que envolveu a cristandade nos séculos XV e XVI. O aparecimento da América no espaço político-econômico europeu, embora não possa ser considerado um subproduto do movimento reformador, foi um fator crítico no reordenamento do sistema de poder no século XVII. Ou seja: novamente tem-se a crise como um (eventual) mal menor, cujo desfecho, como no caso de muitos males, vem para bem. Droysen considera que a época inaugural do mundo moderno universaliza a crise (quando não a banalizaria). Todos os setores são por ela perpassados, com mais ou menos intensidade. Os poderes políticos se tornam autônomos – a limpidez hierárquica do direito divino dos monarcas, fundada na primazia do papado católico, é substituída pela legitimidade particular desse ou daquele soberano. Somente mais tarde a teoria da soberania popular sairá ganhadora da crise que faz soçobrar o Antigo Regime. A concorrência econômica (notadamente sob a égide do livre empreendedorismo) torna tudo fungível, dependente de valores de troca no mercado. A ciência, cujo empirismo se consagra, passa a regular-se por princípios materiais (materialistas mesmo), contra os quais o tradicional bastião religioso, abalado pela crítica niilista e pela secularização da política e da cultura, já não tem como opor resistência.

O direito nacional sofre a pressão da constitucionalização e da democratização incipiente. O direito internacional passa por uma transformação inédita, depois do vendaval napoleônico e da recomposição do tabuleiro de forças entre as potências europeias. Parte destas perdeu seu peso específico no jogo internacional com o processo de independências nas Américas, que dá a estas uma «nova entrada» no cenário mundial. Droysen antecipa o que no século XX veio a tornar-se muito comum – a elaboração dos «cenários futuros», a prognose política a partir de pressupostos morais.²⁹

Jakob Burckhardt, diante da versão armada da crise política que é a guerra, ensaia uma tipologia da crise em suas *Considerações sobre a História universal*.³⁰ No formato comparativo, Burckhardt estabelece as semelhanças entre as crises em diversos países. O denominador comum que define é político e sua expressão é a guerra – interna ou externa. Como Koselleck mais tarde, Burckhardt sublinha o caráter patológico da crise, por recurso à metáfora orgânica. A realidade política subsequente a uma crise

²⁸ DROYSEN, Johann Gustav – Zur Charakteristik der europäischen Krisis. (1854) In: *Politische Schriften*. Org. por Felix Gilbert. Munique: R. Oldenbourg, 1933, p. 328.

²⁹ Ver, por exemplo: SOUTHARD, Robert – Theology in Droysen's Early Political Historiography: Free Will, Necessity, and the Historian. *History and Theory*, ISSN 00182656. Vol. 18, N.º 3 (Out. 1979) p. 378-396.

³⁰ BURCKHARDT, Jakob – *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. 2ª Ed. Ed. Jakob Oeri. Berlim, Stuttgart: Spemann, 1910, p. 166 ss.

emerge patogenicamente de um processo de debilitação. A crise serve ao mesmo tempo de alarme e de mobilização para combater (com resultado positivo: «restauração» ou com resultado negativo: «despotismo») as causas da enfermidade do corpo social e estatal. As crises do século XX, como a do entre-guerras, a da Guerra Fria ou a da derrocada financeira dos anos 2007-2009, apareceriam aos olhos de Burckhardt como pontos nodais de um passo adiante, de um avanço, de uma superação. Por que essa prognose? Porque para ele a crise principal ocorre quando se mesclam o desenvolvimento técnico-científico (por exemplo: armamento e informação), as guerras «reais» (por exemplo: as sanguinárias 1ª e 2ª Guerras Mundiais, os genocídios equivalentes a guerras internas) e as revoluções sociais (por exemplo: a Revolução Russa ou o fanatismo religioso). Misturas dessa natureza são explosivas. Onde estaria o meio de vencer tais «crises principais»? Burckhardt antecipa de certo modo o que a 2ª Guerra Mundial veio a produzir como elemento de superação: a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, no âmbito da Organização das Nações Unidas.

Ao dizer que a decisão – ou seja: a crítica da crise, no mais clássico sentido grego do termo – provém do imo da humanidade, Burckhardt ao fim e ao cabo compartilha o pressuposto moral da igualdade e da bondade radicais do ser humano, como a Declaração retoma³¹, a partir de suas duas principais predecessoras modernas, a da Virgínia (12 de junho de 1776)³² e a de Paris (26 de agosto de 1789)³³. Se a dimensão antropocêntrica da referência moral das decisões críticas é um imperativo politicamente estabilizado, processos que a contradigam ou contra ela conspiram são *a fortiori* geradores de crise. A crise começaria, teoricamente, com o descaso, com o desrespeito eventualmente praticado com relação à dupla dimensão moral do agir humano: a antropocêntrica e a sociocêntrica.

Crise assim interpretada recebe uma predicação adicional em que termos como «regressão», «calamidade», «convulsão», «perturbação», dentre outros, surgem. Sob a pressão de tais circunstâncias, o princípio do altruísmo social (pressuposto na dimensão moral acima referida) «entra em crise». O risco de que o comportamento pessoal e social derive para o «cada um por si» seria um fator agravante da crise. Desde cedo, no século XIX, crises econômicas constam do vocabulário analítico inglês: oscilações na produção agrícola (como o excesso de grãos em 1825 ou as quebras de safra em 1847) ou na produção industrial e no mercado financeiro (como a crise composta de 1845-1849 ou na da década 1930). Crises econômico-financeiras e crises políticas não se confundem. As primeiras não necessariamente acarretam reviravoltas políticas, embora em épocas de instabilidade institucional tal tenha ocorrido.³⁴

³¹ Artigo I. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

³² Art. 1º Todos os homens nascem igualmente livres e independentes, têm direitos certos, essenciais e naturais dos quais não podem, pôr nenhum contrato, privar nem despojar sua posteridade: tais são o direito de gozar a vida e a liberdade com os meios de adquirir e possuir propriedades, de procurar obter a felicidade e a segurança.

³³ Art. 1.º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

³⁴ Um estudo interessante de Gustavo Maia Gomes, embora publicado há mais de vinte anos, reúne diversos dos tópicos aqui arrolados: moralização da função social, correlação entre crise política e crise econômica, desdobramentos políticos de crises econômicas em tempos de fragilidade institucional. Crises econômicas e crises políticas. Algumas reflexões à luz da experiência brasileira. In *Revista de Economia Política*. Vol. 6, n.º 1 (jan.-abr. 1986) p. 35-52.

Nas crises dos dois tipos a dimensão moral busca responsáveis. Dois grupos sociais são marcadamente os mais indigitados como responsáveis, mas medida em que estão dotados de poderes de liderança e gestão: a classe política dos mandatários eleitos (governantes e parlamentares, mais do que magistrados do Judiciário) e a classe dos proprietários (dos meios econômicos – comércio, indústria e agro-pecuária). O processo de responsabilização mantém a perspectiva moral e, na lógica de estabilidade institucional dos regimes democráticos, aponta para mecanismos de superação da crise pela chamada dos governantes à responsabilidade de tomar decisões (formar juízo crítico) que compensem, superem, resolvam, afastem a crise.

A complexidade dos circuitos econômicos e financeiros (e seu parcial anonimato – eventual ou intencional) leva-os a causar crises sucessivas, como as que se registram ao longo do século XX. Tanto no formato da livre iniciativa econômica do liberalismo clássico como no formato da economia planificada pós-revoluções socialistas (1917 na Rússia, 1949 na China, 1959 em Cuba, para lembrar apenas as mais marcantes no ritmo do Novecentos), os meios econômicos e financeiros foram decisivos para identificar crises em suas mais variadas aparências. Foram elas que chamaram à responsabilidade pública de maneira cada vez mais intensa os governantes. Possivelmente o passo mais notável nesse sentido está no *New Deal* de Franklin D. Roosevelt e no discurso moralizante do Partido Democrata ao ganhar as eleições americanas de 1932 (e as subsequentes até 1948). Um segundo passo marcante no século XX, no sentido da responsabilização das coletividades políticas com respeito a evitar e a superar crises, pode ser visto na criação de organismos multilaterais de prevenção e correção a começar com a do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, em 1944, na conferência de Bretton Woods.

A estabilização dos organismos multilaterais na segunda metade do século XX responde ao duplo desafio da crítica – do juízo autônomo sobre as circunstâncias de vida no mundo contemporâneo – e da(s) crise(s). Na medida em que persistem as dificuldades em realizar eficazmente o imperativo moral da solidariedade real entre indivíduos e sociedades no plano macro-político e macro-econômico, os fóruns bilaterais e multilaterais têm forçosamente uma agenda carregada de responsabilidades, cujo objetivo principal incorporou a tese da resolução pacífica das crises, oposta, pois, à utilizada por Burckhardt para exemplificar a experiência dos séculos até o Oitocentos.

A consciência mais ou menos ampla da necessidade do juízo crítico e distanciado como meio de prevenir e superar crises não significa automaticamente sua eficácia. Um dos elementos mais duradouros de retro-alimentação das crises é o conflito constante entre «interesses nacionais» e a composição desses interesses no sistema internacional.³⁵

³⁵ Para a dimensão política dos conflitos, ver NYE, Joseph S. – *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 2002. Samir Amin apresenta uma síntese interessante – de perspectiva crítica neo-marxista, à maneira da Escola de Frankfurt – das crises político-econômicas dos séculos XIX e XX em *Die politische Ökonomie. UTOPIE kreativ*. ISSN 08634890. N.º 119 (Setembro 2000) p. 865-876.

6. Perspectivas

A multivocidade do conceito de crise não o afastou da linguagem contemporânea. Pelo contrário. Do fundamento valorativo que embasa a confiança e a sensação esperada de segurança às formas de institucionalização da sociedade, todo abalo que comprometa a estrutura organizacional dos indivíduos e de suas obras acaba por merecer o epíteto crise, em intensidades diversas. Religião, moral, política, economia, cultura – mas também meio-ambiente, desenvolvimento sustentável, interesse nacional, sistema internacional, e assim por diante – todos têm razão para identificar, analisar, diagnosticar e tratar crises. A reflexão crítica é valorizada crescentemente como meio de aprofundar o exame dos fatores de toda sorte que expliquem origem, evolução e superação de crises. Nas ciências humanas e sociais «crise» é um conceito-chave. Seu uso descritivo e interpretativo na historiografia serve para delimitar períodos e estipular transições, qualificar relações entre estruturas e conjunturas, articular durações, apontar quebras de confiança e sensações de insegurança.³⁶ A segunda metade do século XX trouxe consigo a reconhecida valorização da noção de crise como desafio constante. Retira-se-lhe de certa forma o caráter extraordinário, mesmo que permaneça o abalo que tenha provocado. No entanto, a crise «contínua» na realidade recobre o sentido da vigilância crítica, da análise ponderada, do juízo rigoroso – sentido que indica com nitidez a necessidade política e cultural de evitar-se a imaturidade negligente de considerar que tudo está alcançado, resolvido, inabalável. O século das crises, por entre sofrimentos e superações, parece incorporar gradualmente um modo de gerir as crises com os olhos postos no horizonte de expectativas de seu «dia seguinte» – minimizar impactos, expandir chances de aprender, responsabilizar agentes públicos, exigir compartilhamento de iniciativas – em um ambiente de valorização de democracia social e política participativa. Por certo não se trata de uma evolução linear, livre – por sua vez – de crises. O que se pode concluir, na perspectiva de longo prazo da historiografia do século XX, é que se aprendeu com as crises e que se aprendeu a conviver com elas. Crise e crítica desempenham, no juízo analítico da historiografia contemporânea, um duplo papel: atribuir sentido às transições, abalar sentidos intransientes.

³⁶ Cf., dentre outros, HAZARD, Paul – *La crise de la conscience européenne*. Paris: Boivin, 1935. (ed. mais recente: Paris: Librairie générale française, 1994. ISBN 2253904236).